

**“Melhor ter ela a favor do que contra”: inserção e reconhecimento de mulheres transexuais e/ou travestis em times femininos de voleibol de alto rendimento em Campo Grande (MS)<sup>1</sup>**

**Andrey Monteiro Borges - UFMS<sup>2</sup>**

**Tiago Duque - UFMS<sup>3</sup>**

**Palavras-chave:** Transexualidade, Reconhecimento, Vôlei

**Aspectos introdutório: Aquecendo percepções, alongando horizontes metodológicos e iniciando a partida generificada**

"Jogadora transexual de vôlei ganha aval para disputar torneio no Paraná"<sup>4</sup>, "Na Itália, transexual quebra barreiras e joga entre as mulheres"<sup>5</sup>, estas manchetes se referem a jogadoras de vôlei em diferentes localidades (Brasil – Curitiba/Paraná – e Itália). Juntas, anunciam o foco deste estudo, isto é, parte das novas experiências de travestis e mulheres transexuais contemporâneas. O voleibol é tomado aqui como o lugar da experiência que pretendemos analisar: o lugar da formação identitária, "lugar de contestação", de posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais – inscritas, reiteradas ou repudiadas. Essa formação do sujeito e a experiência são processos que, do ponto de vista da agência, não desaparecem com o "eu" e o "nós", antes, o que desaparece é a noção de que essas categorias são unificadas, fixas e já pré-existentes, quando, na verdade, são modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (BRAH, 2006).

O que ocorre e pode ser observado em alguns times e competições de voleibol feminino em Campo Grande, é parte de experiências que têm podido ser identificadas em outras regiões, no entanto, há especificidades que merecem ser identificadas, compreendidas e analisadas. Elas, sabidamente, compõem a cena generificada do esporte

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), na Faculdade de Ciências Humanas (FACH), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal (CPAN) e do Programa de Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Coordenador do Impróprias - Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças.

<sup>4</sup> BRUM, Adriana. Jogadora transexual de vôlei ganha aval para disputar torneio no Paraná. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/03/1867803-jogadora-transexual-de-volei-ganha-aval-para-disputar-torneio-no-parana.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

<sup>5</sup> RODRIGUES, João Gabriel. Na Itália, transexual quebra barreiras e entre as mulheres. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/na-italia-transexual-quebra-barreiras-brasileira-quebra-barreiras-e-joga-entre-as-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

na capital de Mato Grosso do Sul e apresentam contribuições importantes para os estudos sócio-antropológicos na região e no país, tanto no campo etnográfico off-line, bem como no campo online. Isso porque, mesmo sendo em um contexto sócio-cultural específico, a realidade observada e onde se dão as interações não se refere apenas ao ambiente off-line. O uso de etnografia online tem como objetivo acessar as informações que se encontram publicamente no ambiente virtual dessas jogadoras transexuais e/ou travestis, exclusivamente o que se refere a questão delas e o vôlei de alto rendimento.

Neste estudo, a etnografia off-line e online se retroalimentam. O campo off-line constituiu-se a partir de dois campeonatos identificados como “Campeonato A” e “Campeonato B”. Eles foram compostos por equipes do estado de Mato Grosso do Sul, organizados por um dos times participantes e contou com diversos patrocinadores. Estes campeonatos aconteceram em dois dos principais ginásios da capital. O campo online refere-se às mídias digitais (jornais online, redes sociais, etc.) que publicam notícias de cunho esportivo relacionadas às jogadoras trans, inclusive sobre a experiência de uma das interlocutoras dessa pesquisa. Além disso também há contatos que se tornaram possíveis a partir das redes sociais, em especial, a aproximação mais intensa com as participantes para as entrevistas, mas, inclusive, com outras pessoas que, mesmo não sendo interlocutoras desse estudo, vivenciam experiências comuns.

Assim, ainda que o contexto de interesse seja Campo Grande, em termos metodológicos, para melhor compreender as especificidades, ou, até mesmo identificar possíveis características comuns entre travestis e mulheres transexuais em equipes de voleibol de alto rendimento em Mato Grosso do Sul e outras regiões, foi feito um levantamento on-line para mapear onde, além de Campo Grande/MS, estão situadas essas atletas. O possível contato com suas histórias via imprensa e contato pessoal está no horizonte metodológico deste estudo. Não se trata de ampliar o foco de análise, antes, trazer informações que possam favorecer a melhor reflexão da experiência local, mesmo porque as informações circulam e as referências identitárias em termos de gênero, e também esportivas, se inter-relacionam, ainda que sendo referidas a questões de distintas localidades desses sujeitos trans.

O gênero sendo pensado a partir das travestis e mulheres transexuais no voleibol nos permite entendê-lo nos termos de Judith Butler, afinal, ele

[...] nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece

interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (2016, p.21).

Nesse sentido, para além do discurso, também entendemos o gênero como um processo de incorporação protético (BEATRIZ/PAUL PRECIADO, 2008), pois

Há que se pensar gênero no marco de produção de um aglomerado de materiais sintéticos, como a pílula anticoncepcional, o silicone, o vestido, a arquitetura e os códigos de publicidade, a pornografia, os espaços sociais e suas divisões, a divisão dos corpos em órgãos sexuais e funcionais (PEREIRA, 2012, p. 375).

Os sujeitos trans, aqui entendidos como travestis e mulheres transexuais, possuem traços em comum, mas também há diferenciações que, segundo Anna Paula Vencato, “já estão marcadas na apresentação visual desses sujeitos, e acabam ainda mais sublinhadas caso observadas suas práticas sociais” (2003, p.190-191). Contudo, reforçamos que a forma como é problematizada e visibilizada a diversidade identitária neste estudo corrobora a noção de identidade de Avtar Brah:

Ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo, as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas (2006, p. 371).

Estes padrões específicos referidos pela autora, considerando contato com a bibliografia e o próprio campo de estudos, podem ser experienciados, inclusive, pela mesma pessoa, considerando o manejo identitário da categoria travesti e mulher transexual em diferentes contextos, como no de competições entre times de voleibol feminino de alto rendimento em Campo Grande.

Cabe salientar que é considerado esporte de alto rendimento aquele que tem como objetivo a busca por vitória em competições, sejam elas intermunicipais, interestaduais, nacionais ou até mesmo mundiais, como exemplo as Olimpíadas. Para tanto é necessário que haja árduos treinamentos que são realizados (de forma geral) diariamente, cumprindo cargas horárias de seis a oito horas por dia, passando assim dos limites dos seus próprios corpos (VIANA e MEZZARROBA, 2013).

As experiências aqui analisadas só foram possíveis devido a esta inserção de jogadoras transexuais no voleibol, a partir da informação, bastante noticiada pela mídia

(Jornal Estadão<sup>6</sup> e CNN Español<sup>7</sup>, por exemplo) em 2016, da divulgação do COI (Comitê Olímpico Internacional - referência mundial no que se diz respeito a esporte), por meio do relatório “IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November” (2015), informações sobre as mudanças nas diretrizes para a participação de atletas “transgêneros” nas Olimpíadas. Passou-se a exigir apenas que as mulheres transexuais tenham a taxa de hormônio masculino (testosterona) regulada, isto é, abaixo de 10 nanomol por litro de sangue durante os 12 últimos meses e perante todo período da competição. Além disso, que elas sejam devidamente reconhecidas pelo gênero feminino, diferente do decreto anterior cujas mulheres transexuais só poderiam participar de jogos femininos se tivessem feito à cirurgia de redesignação sexual.

### **1. Transexualidade(s), corpo(s), agência e (r)existência(s): o saque em busca do ace do reconhecimento**

A pesquisa até aqui realizada se torna viável devido a aceitação, contribuição, participação e disposição de Agatha Montenegro e Isabelly<sup>8</sup>. Enfatizamos que, tanto com a Isabelly quanto com a Agatha, há relações para além de “pesquisador” e “interlocutoras”, elas estão presentes e marcadas por amizade e confiança estabelecida anteriormente ao início da pesquisa com o autor principal desse artigo, (Andrey), responsável pelo trabalho de campo junto às interlocutoras.

Agatha joga vôlei há mais de 15 anos, tem 33 anos, de cor branca, cabelos loiros, 1,70 de altura, mulher transexual que afirma ser heterossexual. Nas palavras dela, ser mulher depende do contexto sócio/histórico/cultural.

Não existe modelo. A questão é assim: depende muito de sociedade. Na nossa sociedade, como que a mulher tem que ser? Mais casta, mais em casa, mas ela não deixa de ter sua liberdade. Os muçulmanos já tratam a mulher como um animal. Então, depende do que a sociedade imprime muito quem você é. Por exemplo, não tem como falar assim: “é um exemplo” eu sei da minha sociedade. Minha sociedade, heteronormativa, faz o que com a mulher? Tem que ser dona de casa, tem que cuidar dos filhos, é isso que a mulher... tem que ser feminina,

---

<sup>6</sup> ZUCCHI, Gustavo. COI muda regra e permite atletas transgêneros na olimpíada. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,coi-muda-regra-e-permite-atletas-transgeneros-nas-olimpiadas,10000053822>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>7</sup> CNN. Atletas transgénero podrán competir en Río 2016 sin cirugía de reasignación. Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2016/01/26/atletas-transgenero-podran-competir-en-rio-2016-sin-cirurgia-de-reasignacion/#0>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

<sup>8</sup> Nomes escolhidos pelas interlocutoras com intuito de preservar suas identidades.

tem que fazer unha, tem que pintar o cabelo, tem que se depilar, tem que não sei o que isso que a sociedade e a mídia imprimem. A sociedade é assim, então mulher, em cada lugar do país, ela tem uma forma de ser tratada. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Com a segunda interlocutora deste estudo, as definições não são muito diferentes. Isabelly, aos seus 28 anos, de cor parda, cabelos longos até a cintura, de cor castanho escuro, com seus 1,98 altura, jogadora de vôlei há mais de 10 anos, mulher transexual e que entende sua orientação sexual por “como que eu posso te dizer... é passiva, não sei como te falo”<sup>9</sup>. No desenrolar da conversa, após mais algumas perguntas, ela deixa claro que a orientação sexual é heterossexual.

As duas iniciaram nos treinamentos de voleibol ainda como foram assignadas ao nascer, isto é, como homens, mas, diferentemente de Agatha, Isabelly tem dado seus primeiros passos na transição para o gênero feminino recentemente.

De forma parecida da Agatha, ser mulher para Isabelly, é ser

Mais feminina. As pessoas têm essa imagem, às vezes, de olhar uma mulher feminina, do que de olhar uma mulher bombada. Tudo bem que agora está na moda ser mulher bombada, né?! Mulher pernuda, mulher com a perna maior do que a bunda, os homens ficam fascinados, muito por isso. Mas se for ver, eu acho que tira, sai um pouco do padrão da feminilização, do feminino, essas coisas todas. Eu vejo e falo, eu mesma me busco na feminilidade, não me vejo como mulher trans bombada. “Ah, vou colocar um pernã”... não, não me vejo nisso, entendeu? (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Uma vez apresentadas as duas interlocutoras que compõe este estudo, passamos agora para uma outra jogadora transexual que está em evidência na cena nacional e internacional esportiva que aqui dirá respeito ao campo online. Essa jogadora tornou-se uma referência em termos de reconhecimento para Agatha e Isabelly.

Tiffany Abreu, com seus 33 anos, de cor branca, cabelos curtos e castanhos, 1,92 de altura, jogadora na posição de oposta, também se entende como heterossexual. Ela tem sido a sensação da mídia no esporte nesses últimos meses. Basta uma pesquisar no site de busca *Google.com* com a palavra-chave “Tiffany” que aparecerá diversas notícias com vários tipos de interesses, reconhecimento e visibilidade nos jornais online:

---

<sup>9</sup> Fragmento de quando a perguntei sobre qual é a sua orientação sexual, durante a entrevista realizada em 19 de janeiro de 2018.

“Jogadora de vôlei transexual Tiffany, um caso em busca de respostas”<sup>10</sup>, “BrasileNSE Tandara entra de vez na polêmica sobre Tiffany: “Não concordo””<sup>11</sup>, “E se Tiffany, a trans do vôlei, jogasse futebol?”<sup>12</sup>.

Notícias de cunho especulativo sobre sua força, rendimento, pontuação, bem como aprovação ou não por parte de outras jogadoras não transexuais têm sido recorrentes nas mídias digitais sobre o “caso Tiffany”. É pertinente fazer dialogar essas notícias com os olhares da Isabelly e da Agatha, pois, quando pergunto a elas qual é a opinião delas em relação ao que está sendo publicado sobre essa jogadora transexual em times de voleibol feminino, elas apontam sobre “precisar ter mais respeito” e a existência de “muita hipocrisia”.

A questão da necessidade de “respeito” é citada por Isabelly:

Eu acho que as pessoas deveriam ter um pouquinho mais de respeito. Um pouquinho mais de aceitar e abrir um pouco a cabeça para isso porque, hoje em dia, a medicina está aí e nos favorece em um monte de coisa. [...] Agora bombada aí na mídia, que é a Tiffany, faz ela receber menos bola, quem vai ser ela? Ninguém. Se diminuir a quantidade de bola, se mudar a posição em que joga, e diminuir o rendimento dela dentro de quadra, talvez vai ser uma qualquer. Acho que o problema ali não é tanto nem a força, é a distribuição mesmo, se a pessoa recebe mais bolas, tem mais possibilidade de ter mais acertos e pontos, e também tem possibilidade de ter muitos erros. É do mesmo jeito que uma mulher. A gente tira pela Tandara. A Tandara recebe muita bola. E muitos pontos, mas também tem bastante erro. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Para Agatha, “há muita hipocrisia por parte da mídia”:

Ah, a mídia é muito corrupta, né? Ela é complicada. Por um lado, se ela quer ajudar uma pessoa, ela ajuda. Ela enaltece. Se ela quer derrubar, ela derruba. [...] Ela coloca médicos para falar que tem vantagem, e não colocam pessoas que realmente vivenciaram. Elas não colocam uma ou duas que falam: “não, a gente jogou contra elas, nada demais”. Não é nada de exorbitante, diferente, vai matar alguém... não! [...] Um assunto que eu desconheço, então eu vou pesquisar, saber sobre, aí eu vou opinar. Do contrário, eu fecho a boca e fico quieta. Nem falo nem que sim, nem que não, que nem elas estão fazendo isso. Mas elas estão fazendo isso mais porque os clubes estão falando: “olha, não se

---

<sup>10</sup> BAIBICH, André. “Jogadora de vôlei transexual Tiffany, um caso em busca de respostas”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2018/03/tiffany-um-caso-em-busca-de-respostas-cje93monr030d01qxy1pe3gce.html>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

<sup>11</sup> NUNES, Maíra. “BrasileNSE Tandara entra de vez na polêmica sobre Tiffany: “Não concordo””. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/tandara-nao-concorda-tiffany-transexual/>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

<sup>12</sup> BARROS, Maurício. “E se Tiffany, a trans do vôlei, jogasse futebol?”. Disponível em: [http://www.espn.com.br/blogs/mauriciobarros/751469\\_e-se-tiffany-a-trans-do-volei-jogasse-futebol/](http://www.espn.com.br/blogs/mauriciobarros/751469_e-se-tiffany-a-trans-do-volei-jogasse-futebol/). Acesso em: 23 de jun. 2018.

pronunciem”, porque se fosse por elas, acho que se pronunciavam. (Transcrição da entrevista realizada 24 de jan. de 2018).

Na ausência de estudos científicos que comprovem (ou não) mais força, mais agilidade, mais potência das trans em relação às mulheres não trans, as mídias têm citado médicos especialistas e outras pessoas que apenas “acham” e comentem sem fundamentação empírica sobre a inserção de mulheres transexuais em times femininos de voleibol.

No que tange a forma como as mídias visibilizam os corpos trans, é importante evidenciar duas notícias. A primeira diz respeito a contratação da Tiffany em um time que compete na maior liga nacional de voleibol do país: “Tiffany assina contrato com o Bauru e se torna a 1ª jogadora trans na Superliga”<sup>13</sup>. A notícia relata sobre a contratação de Tiffany e também fala um pouco de sua história:

A ponteira Tiffany será a primeira trans brasileira a atuar na Superliga feminina. Nesta terça-feira, Bauru anunciou sua contratação para a sequência da temporada 2017/18. A atleta treina junto do elenco bauruense desde julho deste ano, quando chegou para se recuperar fisicamente. [...] A goiana Tiffany tem 33 anos (nasceu Rodrigo Pereira de Abreu) e disputou a Superliga masculina no Brasil, além de outros campeonatos entre os homens antes de fazer a transição de gênero. No início de 2017, a ponteira recebeu a permissão da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) para competir profissionalmente entre as mulheres.<sup>14</sup>

Ser contratada por um time que participa da Superliga e já estar treinando junto com outras mulheres não transexuais, neste contexto esportivo, indica a possibilidade de inserção de uma pessoa transexual e também um provável reconhecimento de gênero da Tiffany enquanto mulher. Pois, mesmo que haja um sistema regulatório dos corpos trans<sup>15</sup> por parte do COI, há um agenciamento a partir do que é possível para as mulheres transexuais estarem presentes em quadra nos campeonatos femininos de voleibol. Butler destaca que “o sujeito não só se forma na subordinação, mas esta lhe proporciona a sua condição de possibilidade” (2010, p. 19).

---

<sup>13</sup> Globoesporte.com. “Tiffany assina contrato com o Bauru e se torna a 1ª jogadora trans na Superliga”. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tiffany-assina-contrato-com-o-bauru-e-se-torna-a-primeira-jogadora-trans-na-superliga.ghtml>>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tiffany-assina-contrato-com-o-bauru-e-se-torna-a-primeira-jogadora-trans-na-superliga.ghtml>>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

<sup>15</sup> A regulação acontece, pois, para que essas jogadoras transexuais sejam reconhecidas como mulheres, elas precisam estar dentro da legalidade das regras estabelecidas pelo COI. Então, há uma regulação quanto a documento com nome registrado como mulher e quantidade de hormônio controlada constantemente por meio de exames.

A segunda notícia que evidenciamos aqui diz respeito a uma possível convocação da Tiffany para a seleção brasileira de voleibol: “José Roberto Guimarães admite convocar Tiffany para a seleção brasileira”<sup>16</sup>. Esta matéria relata sobre como o técnico da seleção de voleibol feminino avalia a possível convocação dela. José Roberto Guimarães diz:

A questão é bem simples. Se a Tiffany render dentro de quadra o esperado e fizer a diferença tecnicamente falando, passa a interessar como qualquer outra atleta. Quero o melhor para a seleção. Se for o caso irei consultar a CBV e como a Tiffany está liberada juridicamente para jogar a Superliga não vejo problema algum em ser convocada. Basta que ela esteja elegível<sup>17</sup>.

Representar seu país é um dos objetivos dos e das atletas de alto rendimento e por isso é importante pensar sobre esse reconhecimento. Destacamos esses dois fragmentos iniciais para analisar esse provável reconhecimento de gênero como mulher.

No último fragmento que foi exposto, fala-se sobre a Tiffany estar “elegível”, neste sentido, estar elegível diz respeito ao decreto do COI em relação a documentação de mudança de gênero e regulação dos hormônios masculinos. Observa-se que há saberes/poderes (médico, jurídico, psi) que definem o que é ou não um corpo inteligível (BUTLER, 2016), do que é ser mulher e jogadora em time feminino. E, baseados nos hormônios, bem como na documentação, vão legitimar ou não esses corpos.

São esses mesmos saberes/poderes que legitimaram a presença de Agatha no time feminino de voleibol no campeonato A e B. Isso ficou evidente quando, nas observações no campeonato A, a interlocutora se direcionou a Andrey, com pressa e eufórica, entregou seu documento pessoal e alguns papeis. Disse-lhe: “Olha amigo, aqui estão os exames das taxas hormonais que me pediram, [...] foi assim que me permitiram jogar e ainda com uma condição, apenas se fosse de líbero.”

Essa permissão, para o Campeonato A, se deu a partir de uma conversa do técnico do time que Agatha jogava com o organizador e patrocinador do campeonato, os quais tiveram como base o documento do COI para essa decisão, por isso os exames de taxas hormonais com resultados de testosterona abaixo de 10 nanomol foi requisitado no dia do jogo.

---

<sup>16</sup> VOLOCH, Bruno. “José Roberto Guimarães admite convocar Tiffany para a seleção brasileira”. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/blogs/bruno-voloch/jose-roberto-guimaraes-admite-convocar-tiffany-para-a-selecao-brasileira/>>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/blogs/bruno-voloch/jose-roberto-guimaraes-admite-convocar-tiffany-para-a-selecao-brasileira/>>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

Destacamos que, para além da exigência da hormonioterapia prevista pelo COI, para ela estar em quadra, os organizadores e patrocinadores, junto ao seu técnico, exigiram que ela tivesse o nome e “sexo” retificados. Como ela não tinha, em dado momento da pesquisa, a retificação do nome civil e “sexo”, autorizaram que Agatha jogasse apenas como líbero. Segundo Junior Marques

O líbero do voleibol foi incluído em 1998 com o intuito de melhorar a recepção e a defesa da equipe. A melhora da recepção fundamentos beneficia o ataque, fundamento mais determinante na vitória de um time ou seleção do voleibol (2013, p. 134).

Ser mulher, a partir deste fato, é constituído para além de hormônios. A mulher jogadora de voleibol precisa ter um outro documento que vai materializar e dar sentido e significado sobre o que é ser mulher. Caso contrário, está autorizada a ser apenas líbero, isto é, alguém que “recebe/passa” mas não “ataca”. Assim, após a retificação do nome e “sexo”, ocorrida para o Campeonato B, Agatha pode jogar como ponteira passadora, isto é, “recebe/passa e ataca”.

Convém observar que, conforme esses processos de documentação e hormonização, associado a autorização para mudança de posição, de líbero para ponteira, é persistente a ideia do sexo biológico ser continuamente posto de forma binária, por haver um antes “homem” jamais esquecido, afinal, em campo, antes da retificação do documento, foi visto como uma ameaça às adversárias ter Agatha em posição de ataque. Isso mudou com a documentação retificada, mesmo sem ela ter feito a cirurgia de redesignação sexual. Nesse sentido, Fátima Lima salienta que:

Afinal muitos dirão: ou é homem ou mulher, ou fêmea ou macho, as genitálias estão aí para evidenciar a sua radical dicotomia, salvo o que se designa como “anomalias genitais” - os estados intersexuais. No entanto, podemos tomar os sexos não como um destino biológico, mas como uma invenção, uma norma regulatória que impõe sobre os corpos formas de existir cuja heteronormatividade é o modelo dominante e compulsório (2014, p.23).

Mas, para além dos hormônios e documento de retificação de nome civil, é preciso que as jogadoras transexuais performatizem (BUTLER, 2016) o que é ser mulher jogadora de voleibol em time feminino dentro de quadra. Corpo atlético, alta, ser feminina, ser mulher e ter desejo heterossexual é importante para que elas sejam reconhecidas como mulheres, mesmo já estando marcadas como trans por todas essas

exigências médicas, jurídicas e psi que está no decreto do COI. Elas estarem marcadas só nos mostra que

[...] certos tipos de identidades de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero (BUTLER, 2016, p.44).

Essa matriz impera sobre os corpos e suas experiências, fazendo com que haja os corpos/gêneros que são inteligíveis e os que não são. Para Butler (2016), gêneros inteligíveis são

Aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação as normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (2016, p. 43-44).

Isso fica evidente quando, nos relatos das interlocutoras, elas falam sobre esses corpos que não são inteligíveis e tentam ocupar o meio esportivo. Um exemplo é o fragmento da entrevista com Isabelly, que apresenta o preconceito diante dos corpos não inteligíveis:

Isabelly: No vôlei a gente sente muito preconceito, por causa de patrocinadores... recursos que os clubes muitas vezes precisam e eles não aceitam, assim...

Andrey: Não aceitam o afeminado...?

Isabelly: O afeminado dentro de quadra. Eles visam muito a imagem do clube, a imagem do patrocínio...

Andrey: Visam a imagem do homem másculo?

Isabelly: Isso, muitas vezes, você vê gays jogando, mas é aquele gay que você vê que são gays másculos, barbudos... são gays mais masculinos.

Andrey: E aí o gay afeminado não cabe ali...?

Isabelly: Não cabe no vôlei masculino, nesse sentido.

(Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018)

Por mais que esses corpos não sejam corpos necessariamente inteligíveis, eles ainda insistem em fazer parte deste meio esportivo, principalmente quando há um decreto regulador e normatizador que “permite” o acesso dessas pessoas ao esporte, aqui no caso no voleibol. Acesso esse que entendemos como um reconhecimento de gênero de sujeitos trans participando em time feminino de voleibol de alto rendimento.

Então, as perguntas que ficam são: Até que ponto há um reconhecimento de gênero? Ou, há uma manifestação de outras negociações e estratégias de reconhecimento que não só de gênero?! Sobre isso, discutiremos a seguir.

## **2. Ponto a ponto: negociando possibilidades e virando o jogo por meio de estratégias**

Durante uma das idas a campo, para etnografar um dos jogos, Andrey presenciou uma conversa com um homem que compunha a organização do campeonato:

Sentado na arquibancada bem em frente a quadra do lado em que minha interlocutora jogou. Acabou o jogo e decido então sair dali para observar outros lugares que não só da arquibancada. Resolvo então ir para dentro da quadra conversar com a comissão técnica e com os organizadores.

Andando a passos lentos, observando a movimentação, os olhares, as falas, avisto um homem parado ao lado da rede e decido conversar com ele que participava da comissão técnica/organizadora do jogo.

Sabendo da facilidade que seria conversar com ele por ter sido meu calouro na faculdade e que sempre quando nos víamos conversávamos, eu logo o cumprimentei e iniciei a conversa:

Andrey: E aí, o que achou deste jogo?

Homem da comissão Técnica: Foi bom. As coisas estão diferentes.

Andrey: Que coisas?

Ele voltando o olhar para a jogadora transexual aponta:

Homem da comissão Técnica : Ah, agora pode tudo.

Eu querendo extrair tudo que podia dessa conversa, indago:

Andrey: Aé?! Como assim tudo?

Homem da comissão Técnica : Não tenho nada contra o homossexualismo, mas acho um desrespeito com o esporte, porque existe feminino e masculino, e se é para elas jogar que crie uma nova setorização. Que faça um campeonato delas, um campeonato trans.”

(Anotações de Andrey no Caderno de Campo em 06 de maio de 2017).

A fala deste homem torna mais clara a ideia que Wagner Camargo e Cláudia Kessler (2017) apresenta sobre os corpos dissonantes serem alocados em “subcategorias” por não estarem dentro da norma. São corpos que tencionam os limites do binarismo masculino/feminino e põe em jogo a padronização dos espaços esportivos hegemônicos.

Há uma forma de (re)existir que possibilita a presença de outros corpos, comportamentos e desejos que não aqueles já existentes como “naturais”. E, por esses corpos tensionarem os limites do sistema esportivo vigente, causam desconforto a ponto de quererem aloca-los nessas “subcategorias” ou novas categorias como um campeonato específicos para trans.

Para que as jogadoras trans agenciem os rechaços e rejeições que frequentemente enfrentam no esporte normatizado, bem como em vários outros contextos sociais, elas se submetem, nas palavras de Vencato, “às constantes negociações que precisam fazer para, digamos, ter alguma aceitabilidade numa sociedade que não tem como característica principal o respeito à diferença” (2003, p. 204). Pois, nesta área esportiva, por exemplo, tanto a jogadora trans transcomo a jogadora não trans que apresentam força e performances semelhantes às ditas “masculinas” colocam em risco à ordem social heteronormativa (CAMARGO; KESSLER, 2017).

É importante ressaltar que o jogo de voleibol é um tipo de esporte extremamente tático, funciona como peças de xadrez. Está muito além da força, resistência, potência, é preciso ter muita técnica e agilidade, e isso tudo só é conquistado com treinamentos excessivos que o esporte de alto rendimento tem como principal característica, para além dos binarismos dos corpos de homens e mulheres.

Se pensarmos de forma a colocar a força e a potência em primeiro lugar, principalmente em relação aos corpos de jogadoras trans, logo perceberemos que há outras subjetividades para além do que pensamos estar associado a esses corpos trans. Essas subjetividades estão diretamente relacionadas aos processos de construção destas identidades trans, principalmente ao que tange a respeito da produção deste corpo tomados pela hormonioterapia.

Eu joguei vôlei, no caso, desde os meus 17. E 17 para 28, então são 10 a 11 anos, mais ou menos, mas aí eu dei uma caída boa no esporte por causa dos hormônios. Porque aí eu parei, abandonei um pouco, porque você tem um desgaste principalmente, você não tem aquele pique mais, todo, se você não tiver uma preparação, um treino físico, você... muitas vezes eu abandonava treino, abandonava os jogos, porque eu sabia que eu não ia aguentar, não estava suportando. Ainda mais no início desse processo da hormonioterapia, porque a gente não está acostumada, então o baque às vezes é grande. A gente quer dar aquela mesma pegada, e às vezes não sai. Pior coisa é isso, é você tocar uma bola, achando que é aquela bola que você vai bater, e no final não é nada disso, aí eu mesma fico: “nossa, não acredito que perdi essa bola” (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Essa produção é um corpo novo, um corpo com hormônios femininos, é reconhecido pela Isabelly como mais frágil e passível de lesões. Segundo ela, o corpo muda totalmente fica mais vulnerável:

Você se lesiona com mais facilidade, se você não tem uma preparação de pessoas te instruindo, você se machuca. Porque seu corpo fica propícia a várias coisas, devido a hormônios. Eu olho meu corpo hoje, meu corpo antigamente, meu organismo é completamente diferente fisicamente. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Para que isso fique mais claro, acreditamos que seja pertinente apresentar um pouco da história da construção da transexualidade de Agatha. A materialidade do corpo “feminino” lhe gera segurança e, sem pensar nas consequências, ela usa de silicone líquido, gel, entre outros aparatos protéticos usados para a produção deste corpo.

Foi com o passar do tempo que silicone líquido, aplicado no glúteo, migrou para as pernas e, das pernas, para os tornozelos. Saltos, impulsos, movimentações, potência, força e agilidade, capacidades motoras agora não são realizadas com tanta qualidade de movimento como era antes.

Essa experiência diz respeito a vida de Agatha em quadra. Por mais que técnicos, comissão técnica, outras jogadoras e público em geral tenham expectativas de um corpo ainda de “homem” e uma performance masculina, é preciso pensar que este corpo sofre com suas alterações e consequências.

No que se trata de “performances semelhantes às ditas masculinas”, está para além das performances de gênero, associamos aqui às habilidades que julgam ser majoritariamente masculinas. Isso ficou evidente quando Agatha participava da final do Campeonato A, em que jogava de líbero contra o principal time feminino do Estado. Nessa ocasião, o técnico do time adversário, ao perder para o time em que Agatha joga, comenta com as jogadoras dele que só perderam para o time da Agatha porque tinha um “homem varrendo” o fundo de quadra.

Nesta fala do técnico há vários pontos a serem pensados. Primeiro é que há, no contexto histórico/social, “relações de gênero que produzem hierárquicas de poder, baseadas em uma desigualdade universal, como oposição universal e estrutural entre esferas domésticas e públicas” (BERENICE BENTO, 2005, p. 69). Como exemplo prático do efeito contrário de espaços domésticos reservados as mulheres, é o discurso do técnico quando coloca a ação de estar “varrendo” para se referir a um “homem”

tencionando os limites dos aspectos, comportamentos e ações referidas somente para mulheres, pois aqui, o varrer se refere de forma estratégica valorativa ao “homem”.

Segundo, é que como a virilidade está associada ao órgão genital masculino e como a relação de poder em torno do “sexo” e gênero é tão forte a ponto de apagar cinco mulheres em um "homem". Ao colocar que “só perderam porque tinha um homem varrendo o fundo de quadra” este técnico acaba por desmerecer/desqualificar todo o jogo das atletas do seu time. E como “o homem”, com essa superioridade, mesmo tendo feito a transição, ainda são "lidos" como ameaça a feminilidade, aqui, inferiorizada.

A partir do momento em que as jogadoras trans estão inseridas em quadra elas também começam a fazer parte desta estratégia de jogo. Uma vez que o corpo trans é visto como um corpo capaz de anular ou diminuir todo um treinamento e prática de jogo de mulheres não trans, ele é visto como parte importe dentro de quadra.

### **Considerações finais**

Vimos que parte importante desta inserção de jogadoras trans no vôlei de alto rendimento acontece a partir do decreto do COI em que as visibilizam, as reconhecem e as oportunizam estarem em quadra. Uma instituição que concede tantas possibilidades positivas, também se torna a principal instituição de relação de poder e saber para controlar e monitorar esses corpos no esporte. Afinal, antes do decreto o regime de reconhecimento em relação aos times femininos para jogadoras trans era de invisibilidade, isto é, não era permitido a inserção das mesmas juntos às jogadoras mulheres não trans.

Quando falamos em instituição que tem o “controle” sob esses corpos, é no sentido de quando Michel Foucault apontou que, no século XIX e XX, o Estado era a instituição que regulava o sexo dos indivíduos. Ele afirma que havia uma polícia do sexo em que tinha “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (2017, p.31). É neste sentido de possibilidades e não de proibição que o COI, por meio do decreto (entendido aqui, portanto, como dispositivo), instala um regime de verdade que impera sob como é “ser” jogadora trans, para além do que já é esperado socio e culturalmente.

Por haver um etos, também há uma busca permanente para atingir uma inteligibilidade de ser jogadora trans segundo o COI. Essa busca permeia entre a produção do corpo (hormonioterapia, gel, silicone e outras próteses de gênero) performaticamente

feminino e também a legitimidade institucional (exames impressos e retificação do nome civil – mesmo que a retificação não seja uma exigência do decreto). Para tanto, se sujeitar a cumprir todos os requisitos é se colocar em um lugar de vulnerabilidade e correr riscos irreparáveis, como o caso de Agatha com seus movimentos limitados por conta do silicone líquido que migrou para seus tornozelos.

Porém, mesmo havendo riscos em deixar seus corpos expostos às vulnerabilidades, ficou notório que essa não é a parte mais importante para elas e para toda a comissão técnica e patrocinadores. Considerando a autorização do Campeonato A em que Agatha só poderia jogar como líbero e do Campeonato B em que poderia jogar com ponteira passadora, entendemos que: ter em mãos um documento, trazer a legitimidade do gênero e “sexo” de mulher para a identidade tornou-se imprescindível para que as enxerguem como uma jogadora trans com todas as possibilidades de posicionamento em quadra.

Uma vez acessando este lugar de inteligibilidade segundo o COI, estes corpos trans começam a operar sob um outro regime de reconhecimento, passando da invisibilidade para a visibilidade em quadra durante os campeonatos femininos de voleibol. Agora, essas jogadoras tornam-se parte primordial para a vitória de suas equipes. E quando, em um campeonato, há uma jogadora trans em um time e não nos outros, começam haver interesses em contratar outras trans para os times.

Isso fica evidente quando em uma entrevista feita com Isabelly, foi perguntado sobre o convite que ela havia recebido de um técnico de um dos três melhores times femininos de Campo Grande para jogar junto com as mulheres não trans. Ela contextualizou o convite da seguinte forma:

[...] já rolou isso, de uma estar no time, e outros times quererem me cogitarem de eu estar dentro de quadra, tipo: “se tem ela lá dentro da quadra, por que é que eu não posso ter ela ali dentro para mim?”. Independente de posição dentro de quadra, e também de tamanho. Tá ali jogando. Se pode ter uma ali jogando, independente da posição, porque eu também não posso ter? Então tem muito isso, tem muito esse “leva e traz”, vamos dizer, entendeu? Porque a pessoa está lá, “por que eu não vou pôr outra?”. (Transcrição da entrevista realizada 19 de jan. 2018).

Relacionando o que o campo on-line e o offline apontam, há algo a ser discutido em relação ao fragmento da entrevista com a Isabelly citado anteriormente e aquela

segunda notícia que trouxemos aqui sobre a possível convocação da atleta Tiffany Abreu, de nível nacional, quando no final da matéria o técnico da seleção brasileira diz: “Melhor ter ela a favor do que contra”.

Em se tratando das competições do sistema esportivo, segundo Camargo e Rial (2009), elas seguem um padrão heteronormativo, portanto também binário, as equipes são divididas em femininas e masculinas, compostas por atletas homens, mulheres não transexuais e pessoas não travestis. Além disso, pelo fato das/dos competidoras/es buscarem um alto desempenho nos termos do padrão masculino exigido, fica restrito e, de certa forma, muito romantizado pensarmos em um reconhecimento apenas de um sujeito que não tinha visibilidade no esporte e agora tem.

Há nesta relação de possibilidade de inserção, visibilidade e reconhecimento algo que poderíamos chamar de “reconhecimento tático e estratégico de jogo” que, para além de uma possível visibilidade trans, há, dentro da lógica heteronormativa do sistema esportivo binário, uma maneira de agenciar a inserção dessas jogadoras trans em prol de benefícios para o time por não apagarem a ideia de que, no fundo, são “homens” que podem favorecer a vitória dos seus times.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. “Netnografia como Aporte Metodológico da Pesquisa em Comunicação Digital”. **Revista Sessões do Imaginário**, v. 20 n. 2, p. 34, 2008. Disponível em <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/File/1958/1535> Acessado em 13 de agosto de 2018.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero**: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, 2012, 569-581. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017)>. Acessado em 13 de agosto de 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30396.pdf> Acessado em 13 de agosto de 2018.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod\\_resource/content/1/LOUROGuacira-L.\\_O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=110](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUROGuacira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf#page=110) Acessado em 13 de agosto de 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier e MORAES, Carmen Silvia. *Esporte LGBT e Condição Pós-Moderna: notas antropológicas*. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 10, n. 97, p. 269, 2009. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11817> Acessado em 13 de agosto de 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. *Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica*. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 191, 2017. Disponível em <https://journals.openedition.org/horizontes/1488> Acessado em 13 de agosto de 2018.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação** / Fátima Lima. - Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

MILKOLCI, Richard. *Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais*. **Revista Cronos**, Natal, v. 12, n.2, p. 09, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160> Acessado em 13 de agosto de 2018.

PRECIADO, Beatriz (Paul). **Testo yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer nos trópicos*. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371, 2012. Disponível em [www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/88/53](http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/88/53) Acessado em 13 de agosto de 2018.

VENCATO, Anna Paula. **Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros**. *Cadernos AEL*, 2010, 10.18/19. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2513> Acessado em 13 de agosto de 2018..